

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.529.549 - RS (2015/0100209-1)**

**RELATORA : MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES**  
**RECORRENTE : ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL SEÇÃO DO PARANÁ**  
**ADVOGADO : ANDREY SALMAZO POUBEL E OUTRO(S) - PR036458**  
**RECORRIDO : UNIÃO**

**DECISÃO**

Trata-se de Recurso Especial interposto pela ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL — SEÇÃO DO PARANÁ, com base no art. 105, III, a, da Constituição Federal, contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, assim ementado:

"ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. PROCESSO DISCIPLINAR. SUPOSTA INFRAÇÃO COMETIDA POR ADVOGADO PÚBLICO. OAB. ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO.

1- Não cabe ao Tribunal de Ética e Disciplina da OAB julgar suposta infração cometida por Procurador da Fazenda Nacional no exercício de suas funções públicas, especialmente considerando o art. 5º da LC 73/93 e o art. 75 da MP 2.229- 43/2001, de modo que se mostra impositivo o arquivamento do processo administrativo.

2- Na hipótese dos autos, permitir que a mesma conduta seja submetida à apreciação da Corregedoria-Geral da Advocacia da União e do Tribunal de Ética e Disciplina da OAB implica em possibilitar que este usurpe competência daquela, bem como que haja julgamentos contraditórios por parte dos aludidos órgãos" (fl. 234e).

O acórdão em questão foi objeto de Embargos de Declaração, rejeitados nos seguintes termos:

"PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DECLARATÓRIOS. OMISSÃO. REDISCUSSÃO. HIPÓTESES DE CABIMENTO. PREQUESTIONAMENTO.

1. São pré-requisitos autorizadores dos embargos de declaração a omissão, contradição ou obscuridade na decisão embargada. Também a jurisprudência os admite para a correção de erro material e para fim de prequestionamento.

2. No caso, não há omissão, contradição, obscuridade ou erro material acórdão embargado, contudo, prequestionam-se artigos de lei na intenção de evitar não sejam conhecidos eventuais recursos a serem manejados nas instâncias superiores" (fl. 265e).

A recorrente sustenta, nas razões de seu Recurso Especial, ofensa aos arts.

1º, 3º, §1º, 44, I, e 70 da Lei 8.906/94, argumentando, em síntese, que: **(a)** "é discorrer contra letra de lei afirmar que, por se tratar de advogado público, o Procurador da Fazenda Nacional não pode ter sua(s) conduta(s) praticadas em decorrência do exercício de sua atuação como advogado apreciada pelo Tribunal de Ética e Disciplina da OAB, afinal, ainda que não atue na esfera privada, o advogado público depende de sua inscrição nos quadros da OAB para exercer sua profissão (...)" (fl. 282e); **(b)** "em que pese servidor público, integra, o Procurador da Fazenda Nacional, como advogado que é, a administração da justiça, nos termos do artigo 133 da Constituição Federal, não tendo natureza nem atribuições da Magistratura ou do Ministério Público. Por isso somente é exigido do primeiro a inscrição permanente nos quadros da OAB para exercício de seu múnus. É este que, como os advogados que atuam na esfera privada, postulam em juízo ou realizam serviços de consultoria e assessoria jurídicas, atividades de advocacia tipificadas no já aludido artigo 1º da Lei 8.906/94, que rege a advocacia em todo o território nacional" (fl. 283e).

Requer, ao final, o provimento do recurso.

O Recurso Especial foi admitido pelo Tribunal de origem (fls. 360/361e).

A pretensão não merece acolhida.

A demanda discute a "competência da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB/PR, tanto material quanto administrativa, para instaurar processo disciplinar e julgar infrações cometidas por Advogado Público" (fls. 228/229e).

A sentença concedeu a segurança pleiteada pela União, a fim de reconhecer a competência da Corregedoria-Geral da Advocacia da União para o julgamento da suposta infração disciplinar objeto dos autos (fls. 121/127e).

O acórdão recorrido, por sua vez, manteve a sentença apelada, nos seguintes termos:

"Acertada a conclusão do juízo de origem de que, no presente caso, cabe à Corregedoria-Geral da Advocacia da União e não ao Tribunal de Ética e Disciplina da OAB julgar suposta infração cometida por Procurador da Fazenda Nacional no exercício de suas funções públicas, especialmente considerando o art. 5º da LC 73/93 e o art. 75 da MP 2.229-43/2001, de modo que se mostra impositivo o arquivamento do processo administrativo objeto dos autos.

Destaco que o art. 75 da MP 2.229-43/2001 é claro ao prever que, na apuração de falta funcional praticada no exercício de suas atribuições específicas, institucionais e legais, os membros da Advocacia-Geral da União, como os integrantes da carreira de Procurador Federal e de órgãos jurídicos vinculados à Instituição em geral, respondem 'exclusivamente' perante a Advocacia-Geral da União e sob as normas, inclusive disciplinares, da Lei Orgânica da Instituição e dos atos legislativos que a complementem.

Consigno que o posicionamento ora adotado não implica em afronta

aos arts. 1º e 3º da Lei 8.906/94, especialmente porque, a partir do fundamento da sentença, em caso de conflito de atribuições entre o poder disciplinar da OAB e das corregedorias a que estão vinculados os advogados públicos, a melhor solução é a que aplica o princípio da especialidade.

Ressalto que entendimento contrário ao exposto pelo juízo, na hipótese em apreço, importa não só em permitir que o Tribunal de Ética e Disciplina da OAB usurpe competência da Corregedoria-Geral da Advocacia da União, como também que a mesma conduta seja objeto de fiscalização pelos dois órgãos, o que pode resultar em julgamentos contraditórios" (fl. 233e).

De acordo com o disposto nos arts. 5º, I a VI, e 6º da LC 73/93 compete à Corregedoria-Geral da Advocacia da União a fiscalização das atividades funcionais dos membros da advocacia pública federal.

Já o Estatuto da OAB determina a sujeição dos advogados públicos ao seu regime jurídico, o que provoca aparente conflito de normas de controle da atuação profissional, tendo em vista que estão submetidos à Corregedoria-Geral da Advocacia da União.

Nesse contexto, o § 2º do art. 2º da LINDB consagra o princípio da especialidade, preceituando que a lei nova que possua disposições gerais ou especiais a par das já existentes não revoga nem modifica a anterior, razão pela qual prevalece a norma especial sobre a geral.

Assim sendo, a competência da CGAGU abrange a competência da OAB, visto que o advogado público, no desempenho de sua atividade funcional, agirá como servidor público e advogado, sendo o exercício da advocacia indissociável do desempenho do cargo. O Tribunal de Ética da OAB, caso tivesse competência para punir os advogados públicos, acabaria por adentrar na esfera funcional destes e, por consequência, por interferir nos poderes hierárquico e disciplinar da Administração Pública.

Nesse sentido, esta Corte já decidiu que "a Ordem dos Advogados do Brasil não tem competência para adotar medidas administrativas disciplinares em relação aos Membros da Advocacia da União, quais sejam: Advogados da União, Procuradores Federais, Procuradores da Fazenda Nacional e Procuradores do Banco Central, que estão submetidos apenas à Corregedoria-Geral da Advocacia da União, nos termos do artigo 5º, inciso VI, da Lei Complementar 73/93" (STJ, Resp 1.565.869/RS, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, DJe de 18/05/2016).

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, II, do RISTJ, **nego provimento** ao Recurso Especial.

I.

Brasília (DF), 12 de fevereiro de 2019.

**MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES**

Relatora

